

Antropologia e Patrimônio Cultural

A antropologia nos processos de patrimonialização: expansão e perspectivas

Renata de Sá Gonçalves

Izabela Tamaso

No decorrer dos 60 anos desde sua fundação, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) se consolidou como associação voltada para a discussão crítica do campo da antropologia, particularmente por meio da promoção de eventos científicos no Brasil com abrangência internacional. Um pequeno grupo que participou da primeira Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no auditório do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 1953, se ampliou para dar lugar, atualmente, a reuniões que contam com a participação de mais de dois mil associados e não associados. Algumas das disciplinas que inicialmente tinham suas reuniões junto com as Reuniões Brasileiras de Antropologia fundaram suas próprias associações científicas, a exemplo da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Outros grupos cujas fronteiras de áreas, como o folclore, a sociologia e a antropologia, se entrecruzavam, na primeira metade do século XX, como interlocutores próximos (CAVALCANTI e VILHENA, 1990)¹ foram progressivamente, na segunda metade do mesmo século, se constituindo como campos de conhecimento demarcados.

A ABA tem exercido papel decisivo na formação do campo da antropologia desde a segunda metade dos anos 1950 e continua a reformular e inovar, com o advento da pós-graduação em antropo-

1 Os folcloristas, voltados para o que julgavam ser as raízes da nossa nacionalidade, deram grande destaque, principalmente entre as décadas de 1940 e 1950, à descrição dos “folgedos populares”. Na década de 1950, a institucionalização do folclore se deu a partir da constituição de museus, institutos, órgãos governamentais (VILHENA, 1997), enquanto a sociologia e a antropologia se constituíram como disciplina acadêmica nas universidades. Na década de 1970, a concepção de patrimônio se expandiria para incluir a preservação de outros bens culturais do “povo brasileiro” anteriormente classificados sob a rubrica do folclore (CAVALCANTI, 2001; GONÇALVES, 2015).

logia em fins dos anos 1960² e sua consolidação nas décadas de 1980 e 1990. Sua expansão mais recente ocorre particularmente em princípios desse segundo milênio, exercendo, ao longo do tempo, seu papel de participação e condução de ações políticas e sociais.

Neste artigo, pretendemos apresentar brevemente o processo dinâmico de expansão do campo de estudos antropológicos do patrimônio cultural para indicarmos sua intensificação, na atualidade, como objeto de estudo, bem como de atuação aplicada dos profissionais da antropologia brasileira, mostrando alguns de seus limites, desafios atuais e perspectivas na busca de reconhecimentos de direitos.

Breve histórico

Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil passou por uma série de transformações políticas, gerando novas configurações no quadro de estudos e intervenção no campo do patrimônio cultural. No contexto da redemocratização brasileira na década de 1980, houve uma expansão da visão de proteção do Estado em relação ao “patrimônio cultural”.

Como destaca Abreu (2005), algumas teses e pesquisas sobre patrimônio elaboradas por antropólogos e datadas dos anos 1980 contribuíram para abrir uma nova área de estudos, antes tratada sobretudo por arquitetos e historiadores. A autora destaca o trabalho de Antonio Augusto Arantes, *Produzindo o passado*, publicado em 1984, coletânea que reúne comunicações apresentadas em seminário organizado no momento em que Arantes era presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Outra pesquisa importante conduzida por um antropólogo naquele momento é a de

2 O processo de expansão das pós-graduações e de estabelecimento do campo das ciências sociais no país. Vale lembrar que, a partir da reforma de 1968, a moderna pós-graduação no Brasil dá vários saltos quantitativos e qualitativos. Segundo dados apresentados por Martins e Trajano Filho (2004), no ano de 2001, a pós-graduação brasileira contava com cerca de 100 mil alunos matriculados em mais de 2.300 cursos. Nesse contexto, as ciências humanas contavam com 205 cursos de mestrado e 104 de doutorado. A antropologia representava 5% dos programas de pós em ciências humanas (MARTINS e TRAJANO FILHO, 2004, p. 19).

José Reginaldo Santos Gonçalves, intitulada *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*³ (ABREU, 2005, p. 38).

Na perspectiva do antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2017), os anos 1980 foram um período de mudanças sociais no qual a categoria “cultura” esteve imbuída de um discurso antropológico da diversidade e alteridade, de incorporação de um “outro” não só exótico e distante, mas interno e familiar. O projeto nacional de patrimonialização se pautou principalmente por frear o desaparecimento ou a deterioração de obras artísticas e monumentos históricos, que então se tornavam passíveis de proteção por meio do tombamento, instrumento esse que se aplicou sobretudo a elementos da arte e da arquitetura barroca e católica (GONÇALVES, 2017; FONSECA, 1997).

A “nação” passava a ser pensada na agenda de questões culturais brasileiras como diversidade de “culturas” que compõem a unidade “brasileira” como estratégia política de construção de uma imagem de nacionalidade. Ao analisar as narrativas de intelectuais que estiveram à frente da principal agência de preservação no Brasil, o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ao longo do século XX, dos anos 1930 aos anos 1980, Gonçalves (2017) afere uma certa obsessão na busca por uma “identidade brasileira” presente nos discursos de Rodrigo Melo Franco de Andrade,⁴ que dirigiu o Setor de Patrimônio de 1937 a 1969, e Aloísio Magalhães,⁵ que, de modos distintos, defenderam intensamente o chamado “patrimônio histórico e cultural brasileiro”. Gonçalves identifica

3 Originalmente, tese de doutorado defendida no Departamento de Antropologia da Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos, em 1989. Sua primeira edição foi publicada em 1996 pela editora da UFRJ.

4 Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898–1969) foi convidado pelo então ministro da Educação, Gustavo Capanema, para dirigir o Serviço de Proteção ao recém-fundado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. De 1937 a 1969, quando morreu, Rodrigo Melo Franco de Andrade manteve seu cargo de diretor do Patrimônio.

5 Aloísio Magalhães (1927–1982) é frequentemente mencionado nas reflexões sobre esse período como sendo o motivador da proposta de apresentar o Brasil como um país diverso e culturalmente heterogêneo. Ele defendia o chamado “patrimônio histórico e cultural brasileiro” a partir da ênfase na ação dinâmica das expressões culturais e dos sujeitos envolvidos, e não apenas no caráter de excepcionalidade próprio da aferição ao “tombamento”. Em 1979, Aloísio Magalhães foi nomeado diretor-geral do Iphan pelo ministro da Educação Eduardo Portella.

uma “retórica da perda” que fundamentava a missão das agências de preservação de resgatar esse patrimônio do processo de declínio.

O foco no “bem cultural”, presente na gestão de Aloísio Magalhães, passa a ser fundamental na década de 1980, pois a diversidade nacional é incorporada no discurso institucional por meio da noção de “referências” dos grupos sociais que até então estavam alijados da atuação oficial do órgão e tinham suas manifestações excluídas da pauta oficial porque não se encaixavam em nenhum dos critérios – histórico, artístico e de excepcionalidade – próprios ao tombamento (FONSECA, 2003, p. 116).

Gilberto Velho (2006) problematiza essa expansão da compreensão de patrimônio cultural a partir do relato do tombamento do terceiro de candomblé Casa Branca em Salvador, Bahia,⁶ acontecido na década de 1980. Pela primeira vez, a tradição afro-brasileira obtinha o reconhecimento oficial do Estado nacional. Ao relatar o processo do qual fez parte como relator membro do Conselho do Iphan, Velho chama atenção para os aspectos de divergência e conflito de valores e interesses diferenciados dos atores envolvidos, mostrando que as políticas públicas de patrimônio não podem ser dissociadas da heterogeneidade e complexidade da vida social.

O processo de amadurecimento e desenvolvimento dessa orientação para fatos da cultura não material que identificam os diversos grupos culturais da sociedade brasileira levaria ainda mais de uma década até resultar, mais recentemente, em um programa nacional especificamente dirigido ao patrimônio imaterial. Nos anos 2000, sobretudo pela adoção do principal marco legal – o Decreto 3.551/2000 –, verificamos reflexos no texto jurídico da intensificação de uso do repertório conceitual e ideológico presente nas ciências sociais.

Com a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial⁷ e, desde 2005, a partir da publicação de editais, foram disponibiliza-

6 O tombamento foi decidido em maio de 1984 em reunião do Conselho do Iphan e homologado em 27 de junho de 1986 pelo então ministro da Cultura, Celso Monteiro Furtado, nos termos da Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e para os efeitos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

7 O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, conforme seu texto, viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patri-

dos recursos para que equipes de pesquisadores realizassem mapeamentos, inventários, resultando em dossiês que poderiam levar a “registros” como patrimônios nacionais e a futuros planos de “salvaguarda”.

No Brasil, portanto, na virada do milênio, o campo se abriu cada vez mais para absorver os antropólogos como pesquisadores, “inventariantes” (TAMASO, 2006) e gestores. Esse se tornou um movimento de múltiplas vozes. Cada vez mais incorporada ao repertório dos grupos populares, em especial daqueles organizados, a categoria “patrimônio” pode ser entendida como polissêmica, tendo determinadas apropriações e compreensões nativas que não correspondem à apropriação jurídica do termo. Seus usos plurais percorrem do plano jurídico ao plano nativo, enunciando concepções, expectativas e estratégias não só distintas nos modos de operar de seus enunciadores, mas frequentemente conflitantes, como mostrou Tamaso (2007).

Os novos desafios foram muito estimulantes para a antropologia brasileira e alavancaram linhas de pesquisa em patrimônios culturais em diversos programas de pós-graduação em antropologia, com a criação de mestrados e especializações em patrimônios culturais, presenciais e a distância, em instituições privadas e públicas. Em busca no diretório de pesquisa do CNPq em 2017, contabilizamos 45 grupos de pesquisa que trabalham diretamente ou indiretamente com o tema do patrimônio. Os referidos grupos estão cadastrados nas áreas de antropologia, arqueologia, arquitetura e urbanismo, artes, direito, educação, história, museologia e turismo. Percebemos maior concentração de grupos de pesquisa na antropologia, totalizando 17.

Notamos ainda um conseqüente aumento do número de pesquisadores em vários níveis de formação, contemplados com bolsas de iniciação científica e bolsistas de projetos de extensão, passando pelas especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados no tema patrimônio. Além disso, houve ampliação da problemática

mônio cultural brasileiro, com respeito e proteção dos direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso desse bem. É um programa de apoio e fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa.

analisada, bem como das áreas geográficas cobertas pelas inúmeras pesquisas.

Nesse contexto de expansão, o Comitê de Patrimônios e Museus foi constituído durante a Reunião Brasileira de Antropologia de Olinda, em 2004, na gestão da professora doutora Miriam Grossi. Em sua primeira gestão (2004-2006), então denominado de Grupo de Trabalho de Patrimônio Cultural, teve Manuel F. Lima Filho e Regina Abreu como coordenador e vice-coordenadora respectivamente. Trabalharam no sentido de divulgar e ampliar as pesquisas relativas aos campos dos patrimônios e dos museus.

Importante enfatizar que o Comitê procurou, desde o início, um diálogo crítico e construtivo com as agências de patrimonialização e de políticas de salvaguarda de forma a se constituir como um interlocutor das práticas e políticas patrimoniais no contexto nacional, regional e local. Desde então, vem discutindo a construção social do conceito de cultura a partir dos estudos antropológicos, bem como as implicações da patrimonialização da cultura na perspectiva do Estado e de grupos e indivíduos “detentores/titulares” de “bens culturais” como categorias organizadoras de políticas públicas.

Nesse sentido, ao Comitê interessou refletir sobre o papel de diferentes atores sociais nas negociações em torno da identificação, do reconhecimento e da salvaguarda dos bens culturais. O estudo do marco jurídico da proteção da diversidade cultural no âmbito nacional e internacional também encerra questões como a valorização da sociobiodiversidade, o conceito de povos e comunidades tradicionais e a salvaguarda dos conhecimentos tradicionais no âmbito das políticas de patrimônio que merecem cuidado e atenção dos profissionais da antropologia em interlocução com o direito.

O tema dos patrimônios intangíveis assumiu um lugar de destaque nas agendas de pesquisa e eventos nas mais diversas áreas disciplinares, especialmente nas ciências sociais e na história. Na antropologia, o tema tem propiciado o levantamento de diversas práticas e expressões culturais nacionais por meio da produção de monografias, dissertações, teses, artigos e livros. Simultaneamente, tem havido um debate importante sobre o papel dos antropólogos nos processos de patrimonialização (mapeamentos, inventários, registros e salvaguardas) e, sobretudo, na relação da antropologia com

os grupos portadores das “referências culturais” patrimonializadas. No âmbito das publicações da ABA, destacamos três coletâneas: *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*, organizada por Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão e Cornélia Eckert em 2007; *Antropologia e Patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*, organizado por Izabela Tamasso e Manuel Ferreira Lima Filho em 2012; e *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*, organizado por Renato Athias, Manuel Ferreira Lima Filho e Regina Abreu em 2016.

Consideramos oportuno aprofundar as reflexões sobre a relação entre o fazer antropológico e os processos de patrimonialização de forma a investirmos no debate acadêmico relativo aos impactos políticos, sociais, culturais e econômicos para os grupos portadores dos patrimônios. Identificamos, na atualidade, uma multiplicidade de sentidos atribuídos aos patrimônios tangíveis e intangíveis, bem como percebemos os aspectos dissonantes e plurais de seus significados e apropriações por parte dos diversos agentes envolvidos nos processos de reconhecimento dos patrimônios imateriais.

Desde o olhar crítico de reflexões produzidas nos anos 1980, como Arantes e Gonçalves, até a ampliação de trabalhos de cunho etnográfico desenvolvidos desde então, observamos nesse campo a atuação direta de profissionais da antropologia, tanto na participação em conselhos, consultorias, quanto na elaboração de metodologias e no desempenho de cargos de gestão pública. Como indica Carvalho (2010), a participação dos pesquisadores, necessariamente, e, em alguma medida, dos grupos informais ou organizados da sociedade civil que são “produtores/detentores” dos bens culturais referenciais, os inventários e pedidos de registro de patrimônio imaterial se constituem também em processos de diagnóstico e projeção de ações visando à garantia das condições sociais e objetivas para a continuidade de tais bens. Esses processos se efetivam na forma de planos de salvaguarda, que são projetos e planos de trabalho mediados e executados, algumas vezes, por antropólogos e pelos grupos interessados em conjunto com o Iphan.

O cenário atual: a virada do milênio e as pesquisas sobre o patrimônio imaterial

Diante desse cenário, um novo elemento deve ser considerado no exercício da reflexão sobre o campo contemporâneo de pesquisas sobre o patrimônio cultural. O avanço das políticas de patrimônio imaterial e o campo das expressões culturais não podem ser pensados sem considerarmos sua relação com a trajetória e os grupos produtores, que aqui emergem como sujeitos ativos e atuantes dentro dos processos de patrimonialização.

Desse modo, as políticas contemporâneas dirigidas à preservação de patrimônios imateriais têm integrado as agendas de pesquisadores que procuram apontar seus alcances e limites. As novas modalidades de políticas patrimoniais supõem a participação ativa de diversos setores da sociedade civil e dos grupos articuladores do “bem cultural” patrimonializado. Com isso, o campo do patrimônio deixa de se concentrar nos órgãos governamentais e começa a abarcar movimentos sociais, organizações não governamentais e diversos setores das camadas populares (ABREU, 2015). Nesses debates, afigura-se, de forma crescente, uma articulação cada vez mais evidente entre as noções de patrimônio imaterial, educação, direitos e identidades sociais no contexto do exercício da cidadania e ética na pesquisa, temas caros na contemporaneidade.

Vale destacar que o conceito contemporâneo de patrimônio cultural imaterial é amplo, dotado de forte viés antropológico e abarca potencialmente expressões de diversos grupos e camadas sociais. A reflexão crítica sobre esses desenvolvimentos assinala o alcance e os limites das formas de se conceber o patrimônio e de suas consequências para a elaboração de políticas públicas. Como bem apontou Tamaso (2006), o crescimento exponencial das ações orientadas à preservação do passado nas suas várias formas – registros, arquivos, coleções – tem consequências positivas e negativas.

Por outro lado, estamos também atentas às concepções de patrimônio não estritamente jurídicas, considerando que os diversos agrupamentos humanos constituem, guardam, preservam seus saberes e tradições independentemente das políticas governamentais. Nesse sentido, para além dos discursos autorizados dos patrimônios – que atuam no sentido de naturalizar um conjunto de con-

cepções sobre a natureza e os significados dos patrimônios (SMITH, 2006) –, o fazer antropológico tem se dedicado a investigar as concepções e práticas dos grupos portadores dos patrimônios independentemente de reconhecimentos oficiais. Os valores patrimoniais dos sistemas locais são observados na articulação com afirmações de identidade, sentidos de pertencimento, como práticas culturais pelas quais se transmitem memórias e saberes coletivos, atravessados por relações de poder internas e externas aos grupos.

Nessa direção, vale ainda assinalar a participação de antropólogos junto a outras formas e instrumentos de fomento do patrimônio imaterial e das memórias sociais que não passam obrigatoriamente pelas políticas do Iphan e de instituições congêneres. Os chamados “museus comunitários” seriam um exemplo pertinente de modos alternativos de desenvolvimento inovador dos patrimônios intangíveis que acentuam inclusive a agência dos membros dos grupos populares, “tradicionais” e não hegemônicos.

Os debates e ações em torno de novos conceitos de museus no Brasil vêm avançando e são diversos os formatos de organização de acervos, produção, circulação e uso da memória. Motta e Oliveira (2015) nos indicam que, no âmbito do patrimônio e dos museus, nos últimos anos, tal como ocorre em outros países, progressivamente se vem assistindo à construção de diferentes formas de narrativas, memórias, identidades e reivindicações por diversos grupos sociais e étnicos. Segundo os autores, surgem, assim, na esteira do movimento conhecido como museologia social, variados “museus de si” que terminam por colocar em perspectiva as contradições estruturais da sociedade e seus conflitos sociais. Isto é, as novas dinâmicas das políticas de identidade e de memória vêm construindo narrativas sociais sobre diferenças e desigualdades (MOTTA e OLIVEIRA, 2015, p. 106).

Os museus comunitários, populares ou temáticos vêm ganhando espaço significativo. Todas essas abordagens têm apontado para a necessidade do diálogo com diversas disciplinas no entendimento da noção de patrimônio, cujo caráter dinâmico não permite abordagens estáticas nem classificações definitivas. É possível reconhecer os avanços produzidos com a difusão da noção de “patrimônio imaterial”. Sua aplicação, bem como os instrumentos conceituais e legais

constituídos em seu entorno, ajudaram a ampliar o escopo do que se considera importante nas culturas humanas, possibilitando um maior protagonismo de grupos e camadas populares nos processos institucionais de reconhecimento de tais patrimônios. No momento em que se torna aguda a consciência de que diversos grupos humanos sofreram violência física e simbólica nos contextos imperiais e coloniais, as políticas para os patrimônios intangíveis têm se mostrado um instrumento sensível na busca de uma reparação desses danos históricos.

O viés antropológico adotado pelas principais instituições de memória patrimonial resultou em um melhor entendimento das culturas como processos sociais dinâmicos em sua difusão, estimulando ainda a produção de conteúdos de excelência, tais como livros, vídeos, CDs, exposições etc. Entretanto, é preciso lançar olhar crítico para os processos de patrimonialização, apontando para seu alcance e limites, de modo a realizar uma reflexão sobre o papel da antropologia e o lugar dos antropólogos nesse debate. É preciso também reconhecer, como bem apontou Gonçalves (2007), que há um risco de “inflacionamento” da categoria patrimônio, com a consequente possibilidade de se perder de vista o potencial da categoria enquanto instrumento analítico. O autor observa que, mesmo considerando a universalidade da categoria, não se pode deixar de qualificá-la em termos culturais e históricos.

Os trabalhos antropológicos sobre o patrimônio cultural expressam, assim, as transformações não só de seu objeto de estudo, mas da própria reflexão antropológica que, obviamente, acompanhou tais transformações. Temos, assim, com o enfoque do patrimônio cultural dentro e fora do país, um campo de estudo fascinante, em que a pesquisa etnográfica se associa plenamente ao estudo, à experimentação e aos debates teóricos.

Desafios

É desafiador perceber como diferentes agentes sociais em diferentes contextos constroem uma identidade política e afirmativa. Quais são os papéis desempenhados? Nos diferentes museus e exposições,

quais os objetos escolhidos? Quais as estratégias de apresentação desses objetos?

Interessa, portanto, perceber a interlocução, não menos crítica, com os movimentos sociais e coletivos sociais que têm se colocado à frente das demandas por patrimonializações e musealizações por todo o Brasil. Nota-se, aqui, no que tange ao campo da antropologia, que houve, nos últimos 15 anos, um maior número de pesquisas já concluídas e sendo realizadas sobre patrimônios imateriais do que sobre patrimônios materiais. Muito embora saibamos que, na maior parte das vezes, esses dois tipos de patrimônio, tratados com frequência dicotomicamente, nada mais são do que partes de um mesmo sistema simbólico.

Há grande interesse dos antropólogos em observar e analisar: (1) a relação dos grupos portadores dos bens com as agências culturais e de patrimônios; (2) as relações internas ao próprio grupo durante o processo de patrimonialização; (3) os impactos, as mudanças, os ajustes que porventura venham a acontecer em função do novo estatuto assumido pela referência cultural patrimonializada ou em vias de o ser – como, por exemplo, a inserção de apresentações espetacularizadas (OSORIO, 2011) em ocasiões específicas, a adequação das vestimentas a uma estética do mercado turístico, entre outras.

Os processos de patrimonialização, em tempos de consolidação democrática no Brasil, são meios de dar visibilidade aos grupos sociais, muitas vezes reivindicados por parcelas da população que pretendem se fortalecer politicamente ante a sociedade mais ampla. Nesse sentido, apresentam-se como afirmação de acesso a direitos por meio da construção de identidades coletivas particulares. Porém, esse processo é acompanhado também de ação de “objetificação cultural”, trazendo dilemas que somente o estudo aprofundado dos modos de apropriação desse movimento pelos grupos vinculados pode revelar.

É oportuno, outrossim, pensarmos o fenômeno das demandas de reconhecimento social pelo acionamento do pedido de tombamento e/ou registro de bens culturais por parte de grupos historicamente invisibilizados em contexto no qual a teoria decolonial cresce sobremaneira no Brasil, seja nas universidades, agências governamentais ou não governamentais, seja nos movimentos e coletivos sociais. A

esse respeito, o que ainda carece de maior detalhamento é em que medida a teoria decolonial, seus conceitos e pressupostos têm sido o substrato no qual se baseiam os portadores de bens culturais, não raro articulados em coletivos sociais, para realizar suas demandas. Assim, em que medida a demanda pela cidadania patrimonial (LIMA FILHO, 2015) encontra nos autores decoloniais (como Mignolo e Quijano, por exemplo) os seus ideólogos? Ou seja, como a demanda por reconhecimento patrimonial é, em última instância, uma prática de ação afirmativa e uma ação de descolonização das práticas, das políticas e das mentes?

Nesse sentido, cabe indagar sobre quais teorias e conceitos antropológicos têm instrumentalizado as interpretações dos antropólogos brasileiros sobre os fenômenos dos patrimônios, especialmente no que concerne às diferenças possíveis entre aquelas investigações que analisam os fenômenos a partir de perspectivas cognitivas, racionais e simbólicas e aquelas que os observam com ênfase nas experiências e *performances*. Certos de que uma e outra abordagem podem ser complementares, talvez seja o momento de chegarmos ao estado da arte das escolhas teóricas no quadro da antropologia brasileira quanto a observarmos qual dessas correntes teóricas tem encontrado mais ressonância nos grupos portadores dos bens culturais, uma vez que a reflexividade nos processos patrimoniais atinge igualmente teóricos, especialistas das agências de salvaguarda, grupos portadores dos bens culturais e público/turistas.

Outra área ainda pouco explorada nas investigações relativas aos processos de patrimonialização ou musealização é a relação do público/usuário com as *performances* culturais que colocam esses bens em comunicação e divulgação. Entenda-se como *performances* culturais tanto as narrativas e os discursos da “conservação patrimonial” (TAMASO, 2007), oficiais ou extraoficiais, quanto as práticas corporais que colocam os patrimônios em ação e movimento e propiciam experiências físicas e emocionais dos bens patrimoniais. Urge observarmos com mais acurácia as *performances* patrimoniais e as experiências sensoriais que elas provocam em todos os grupos envolvidos – desde os agentes executores e participantes até os agentes que compõem o público.

Se, por um lado, o país é referência pela formulação e implementação desse modelo de política, por outro, considera-se um grande desafio a efetivação do processo junto às esferas estaduais e municipais. A dimensão territorial, a complexidade das articulações burocrático-legais e o ainda incipiente investimento em capacitação na gestão pública se apresentam como obstáculos à normatização do direito de salvaguardar o conjunto de conhecimentos tradicionais, a oralidade, os saberes e as manifestações artísticas da população brasileira e para ela como um todo. Há aqui a necessidade do diálogo com outras disciplinas e com outras práticas profissionais na definição do patrimônio e na elucidação de seus significados, cujo caráter dinâmico não permite abordagens estáticas nem classificações definitivas, dada a pluralidade de visões e de experiências dos sujeitos envolvidos nas políticas públicas nessa área.

Referências

- ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile; DOBEDEI, Vera (Orgs.). *Memória e novos patrimônios*. Marselha: Open Edition Press, 2015. p. 67-93.
- ABREU, Regina. *Quando o campo é o patrimônio*: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, p. 37-52, jul./dez. 2005.
- ARANTES, Antonio Augusto. *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ATHIAS, Renato; LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina. *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: UFPE; Brasília: ABA, 2016.
- CARVALHO, Luciana Gonçalves de. *Patrimônio imaterial e cultura popular no Brasil: intercâmbios conceituais e política pública*. In: SEMINÁRIO UFAM, 2010. *Anais...* Manaus: Ufam, 2010.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro (Org.). *Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica*. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 147. p. 69-78, out.-dez. 2001.
- _____. *Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012. (Circuito da cultura popular, 4).
- _____.; VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. *Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 75-92, 1990.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ: Iphan, 1997.

_____. *Patrimônio imaterial: o registro do patrimônio imaterial. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2003. 138p.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan: Ibram, 2007. (Coleção Memória, museu e cidadania).

_____. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

GONÇALVES, Renata de Sá. *Edison Carneiro e o samba: reflexões sobre folclore, ciências sociais e políticas de preservação*. Brasília: Anuário Antropológico, 2015.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira Cidadania patrimonial. *Revista Antropológicas*, v. 26, n. 2, p. 134-155, 2015.

_____.; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (Orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra: Brasília: ABA, 2007.

MARTINS, Carlos Benedito; TRAJANO FILHO, Wilson. Introdução. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; TRAJANO FILHO, Wilson (Orgs.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa: Brasília: ABA, 2004.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 329-402, 2017.

MOTTA, Antônio; OLIVEIRA, Luiz Antônio de. África, africanidades e afrobrasilidades: performances e dramas sociais como experiências museográficas. In: FURTADO, Cláudio Alves (Org.). *Diálogos em trânsito: Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau em narrativas cruzadas*. Salvador: UFBA, 2015. p. 47-78.

OSORIO, Patrícia Silva. Os festivais de Cururu e Siriri: mudanças de cenário e contexto na cultura popular. *Anuário Antropológico*, UnB, p. 237-260, 2011.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do poder e a classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 74-118.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)*. Tese (doutorado). Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 1992.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Londres; Nova York: Routledge Taylor: Francis Group, 2006.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. *Revista Sociedade e Cultura*. Goiânia: UFG, Departamento de Ciências Sociais, v. 8, n. 2, p. 13-36, jul.-dez. 2006.

_____. *Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. Tese (doutorado em Antropologia). Brasília: Universidade de Brasília, PPGAS, 2007.

_____.; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: ABA, 2012.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Artes, 1997. 332p.

